

# **Uma contribuição ao estudo da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil na ótica das geografias cultural e histórica**

José Antônio Souza de Deus, IGC/ UFMG,  
Liliane de Deus Barbosa, IGC/ UFMG  
Mestre em Ciências/ Geografia e Tratamento da  
Informação Espacial

## **Resumo**

Estão em discussão nesse trabalho os processos de evolução histórico-cultural das regiões de antiga mineração no Brasil, como Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, à luz das concepções de Denis Cosgrove- com subsídio do inventário toponímico regional. A metodologia utilizada compreendeu: pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico; trabalhos de campo, contextualização e sistematização das informações e dados; reflexão crítica sobre os conceitos e temas estudados. Conclui-se que as categorias de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural são extremamente pertinentes e apropriados para a decodificação da dinâmica de tais processos, in loco.

**Palavras-Chave:** Estudo da Paisagem, Geografia Cultural, Paisagens Culturais, Regiões de Antiga Mineração no Brasil

## **Abstract**

The processes of historical and cultural evolution of ancient mining regions in Brazil, such as Minas Gerais, Cuiabá and Goiás are at issue in this approach in Denis Cosgrove's conceptions perspective, with subsidies from the regional toponym inventory. The methodology adopted included: bibliographic, cartographic and documentary research; toponymic inventory; fieldworks; contextualization and systematization of information; critical reflection on the concepts and themes studied. It is concluded that the categories of analysis and interpretation paradigms of Cultural Geography are extremely pertinent and appropriate for decoding the dynamics of such processes in loco.

**Keywords:** Landscape Studies, Cultural Geography, Cultural Landscapes, Ancient Mining Regions in Brazil.

jantoniosdeus@uol.com.br  
lilianededeus@gmail.com

## Introdução

Nessa investigação, problematiza-se o recorte territorial das regiões de antiga mineração do Brasil como Minas Gerais (sobretudo nos recortes sub-regionais do Quadrilátero Ferrífero, noroeste de Minas/ Paracatu, vales do Jequitinhonha e Mucuri...), Goiás, Mato Grosso (Cuiabá) e Bahia (Chapada Diamantina<sup>1</sup>).

O clássico cenário do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais é o foco principal dos debates e discussões aqui esboçados. Tal domínio geológico corresponde a uma província mineral localizada no centro-sul do estado (LIMA & RUCHKYS, 2019), cuja denominação remete aos depósitos de minério de ferro que ocorrem numa área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste; Mariana, a sudeste; Congonhas, a sudoeste; e Itaúna, a noroeste (CASTRO, RUCHKYS & PAULA, 2017). “Região montanhosa de grande beleza natural, o Quadrilátero Ferrífero apresenta concentrações econômicas de [minérios de] ferro, manganês, alumínio e topázio, dentre outros bens minerais” (UHLEIN & OLIVEIRA, 2000, p. 69).

“Constituído por rochas que contam parte da história da Terra associada ao Arqueano e Paleoproterozoico e com vestígios de mais de 300 anos de exploração mineral contínua, especialmente de ouro e ferro, esta região se destaca por seu significativo patrimônio geológico e mineiro” (RUCHKYS & MACHADO, 2013, p. 120). Úrsula Ruchkys, analisando tal contexto territorial na ótica do geoturismo ainda acrescenta que “o Quadrilátero Ferrífero é uma área que pode ser enquadrada no conceito de geoparque da UNESCO<sup>2</sup>, sendo internacionalmente reconhecido como um importante terreno pré-cambriano com significativos recursos minerais [...]” (RUCHKYS, 2009, p. 35).

E como registra Costa (2004, p. 41), no século XVII, é que teria ocorrido “[...] um grande surto exploratório de suas riquezas metalíferas [...]”. Tendo sido o palco da maior “corrida do ouro” do mundo, no século XVIII, e único produtor mundial de topázio imperial, esta região, aliás, apresenta hoje, em sua estrutura turística, forte ligação com o turismo mineral (LICCARDO, 2007). Vale ressaltar que:

Na passagem do século XVIII para o XIX surgiram as primeiras pesquisas científicas na região do Quadrilátero Ferrífero apresentando as noções de sua geologia com contribuições de naturalistas estrangeiros. Desde então, essa região tem sido objeto de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento geológico, em especial, voltados para a área econômica de exploração mineral (RUCHKYS, 2017, p. 317).

E é sugestivo notar, a propósito, que a exploração das minas de ouro no período colonial (em depósitos aluvionares e nas grupiarias) foram, de fato, minuciosamente descritas pelos viajantes, a exemplo de Saint Hilaire (2000), que permaneceu no Brasil de 1816 a 1822; e de Spix & Martius que estiveram no país, por sua vez, de 1817 a 1820- e cujos densos e sugestivos relatos ainda hoje suscitam análises e reinterpretações críticas (LISBOA, 1995).

Os procedimentos metodológicos utilizados como formas de operacionalização da pesquisa compreenderam: pesquisa bibliográfica,

<sup>1</sup>Região baiana (que hoje constitui um destino turístico importante para o geoturismo e o turismo de aventura-ALMEIDA, SUGUIO, GALVÃO, 2019), ocupada no período clássico da exploração de jazidas de minérios no Brasil colonial, a partir de 1710, quando foi encontrado ouro próximo ao Rio de Contas, marcando o início da chegada, aí, dos bandeirantes e faiscaidores. Em 1844, a colonização in loco é impulsionada pela descoberta de diamantes nos arredores do Rio Mucugê (quando comerciantes, colonos, jesuítas e estrangeiros se espalham pelas vilas da região).

<sup>2</sup>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

cartográfica e documental; inventário toponímico; trabalhos de campo incidentes em recortes territoriais como o Quadrilátero Ferrífero (em municípios como Ouro Preto, Congonhas e Rio Acima) e Vale do Jequitinhonha (em municípios como: Diamantina, Minas Novas, Chapada do Norte, Capelinha, Turmalina e Angelândia); contextualização e sistematização das informações e dados; reflexão crítica sobre os conceitos e temas estudados.

A pesquisa bibliográfica se apropriou, sobretudo, de contribuições de geógrafos, historiadores e geólogos. Os geógrafos cujas obras foram consultadas/retrabalhadas correspondem, em primeiro lugar, a expoentes das escolas francesa e anglo-saxônica da Geografia Cultural e da Geografia da Percepção/ Geografia Humanística contemporâneas nos cenários mundial- como Cosgrove (2012), Claval (2004, 2014) e Tuan (2012, 2013)-; e no contexto brasileiro, como Amorim Filho (1999) e Rosendahl (2003). Os historiadores consultados foram principalmente aqueles que tratam de temas como o Barroco e os que fazem uma releitura das obras dos cronistas. As contribuições dos geólogos vincularam-se, sobretudo, a abordagens da Geologia hoje desenvolvidas no *front* cultural, principalmente no recorte territorial do Quadrilátero, a exemplo de Costa (2004), Liccardo (2007) e Ruchkys (2009, 2017)<sup>3</sup>.

E quanto às pesquisas de campo, trata-se de trabalhos de campo curriculares ou relacionados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e à orientação de teses e dissertações vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- IGC/ UFMG (realizados nos últimos anos, nos recortes territoriais em questão- DEUS, 2012; DEUS & CASTRO, 2014; DEUS *et al.*, 2018 a/ b; FRANCO, RUCHKYS & DEUS, 2016).

### **Marco teórico- o estudo da paisagem na perspectiva da Geografia Cultural**

Para Almeida “a paisagem é uma construção, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura” (ALMEIDA, 2008, p. 47). Enquanto que para Corrêa, “a paisagem é, de um lado, o resultado de uma dada cultura que a modelou e, de outro, constitui-se em uma matriz cultural” (CORRÊA, 2001, p. 290), expressando diversos aspectos culturais e representando sua dimensão funcional e simbólica. E deste modo, as paisagens culturais serviriam “como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, colaborando para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”.

Roberto Lobato Corrêa, aliás, caracteriza a paisagem como uma vitrine permanente de todo o saber, expressando a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e outra simbólica (CORRÊA, 2001). E deste modo, as paisagens culturais serviriam “como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, colaborando para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”. Já segundo Corrêa e Rosendahl (2004, p. 8), a paisagem teria sido descrita pelos viajantes e geógrafos do passado que a consideraram como interface de processos naturais e sociais, tendo sido analisada a partir de representações cartográficas e um olhar geográfico.

As leituras sobre a paisagem são inúmeras, incluindo uma leitura funcional, outra na perspectiva arqueológica e outra segundo uma abordagem cultural, em relação à qual foi notável a contribuição de Carl Sauer. E de acordo com Claval (2004, p. 71) a paisagem como indício diz muito sobre a sociedade

<sup>3</sup>A autora publicou artigos científicos com foco no Quadrilátero, também em parceria com outros pesquisadores, em sua maioria, geólogos (CASTRO, RUCHKYS & PAULA, 2017; FRANCO, RUCHKYS & DEUS, 2016; LIMA & RUCHKYS, 2019; RUCHKYS & MACHADO, 2012, 2013).

que a produziu. Gandy (2004, 86), por sua vez, enfatiza que a paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Entende-se como paisagem cultural um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço. Como observa Meneses (2004, p. 26) “é provável que, se fizermos uma pesquisa em qualquer cidade do mundo, veremos que a população urbana guarda carinho especial com lugares que quer preservar e que busca vivenciar”.

O estudo da paisagem cultural está, aliás, relacionado a um “complexo geográfico específico, no qual são manifestadas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural” (WAGNER, MIKESELL, 2003). A paisagem cultural poderia ser definida ainda como “[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do Homem com a Natureza, e, reciprocamente, da Natureza com o Homem” - (SANTILLI, 2009, p. 393). E dessa interação, que subsidia a sobrevivência e reprodução sociocultural desses grupos é que surge um patrimônio coletivo historicamente herdado da presença/ atuação das comunidades em um território ancestral, que se revela, principalmente na paisagem.

Cosgrove (2012), um dos maiores expoentes das linhas interpretativas da “escola anglo-saxônica” da Geografia Cultural contemporânea (DEUS, 2005, 2010, 2019), destaca por sua vez que, “há muito trabalho interessante a ser realizado sobre paisagens do passado e seus significados contemporâneos, e é um bom ponto de partida sua recriação em museus e parques temáticos”. O autor entende a paisagem como uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual.

Como resultado das relações de poder, a paisagem se apresenta como um produto de diferentes momentos históricos que se cristalizam no espaço, consolidando marcas ou rugosidades, às quais são atribuídos valores socialmente construídos a partir das percepções e experiências vividas de um tempo presente. A paisagem, desse modo, se constituiria com base numa unidade orgânica que congrega natureza e cultura, materialidades e imaterialidades, relatos históricos e histórias de vida, constatações e percepções que, considerados em sua totalidade, configuram uma paisagem cultural.

### **Desenvolvimento do trabalho e abordagem prática- paisagens culturais residuais em Minas Gerais**

A arquitetura pode ser visualizada como importante herança cultural (CARSALADE, 2014) e, Cosgrove (2012) em sua abordagem das paisagens culturais alternativas, localiza como elemento residual mais presente na paisagem europeia, o edifício da igreja medieval. Já em Minas Gerais e Goiás, a religiosidade católica, o fascínio pelo ouro, o desejo de afirmação e autonomia unidas num só sentimento explicam, nos planos psicológico e social, a criação, aí, da arte acoplada a uma singular paisagem barroca (BRITO, 2009). E assumimos conseqüentemente, aqui, como hipótese de trabalho que esta paisagem cultural barroca das Minas do século XVIII, composta por vários elementos simbólicos que incluem a arquitetura civil e religiosa, a história cultural, as manifestações artísticas, os rituais sagrados e profanos, o sincretismo religioso, etc. constitui um exemplo de “paisagem cultural subordinada e residual”- na perspectiva de Denis Cosgrove (CASTRO & DEUS, 2011), pois como sinalizam autores como Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 9),

idades mineiras como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes, Serro, São João Del Rei ou Sabará, dentre outras, ”ostentam ainda hoje, quase intocada, a paisagem própria do século XVIII”.

Em Ouro Preto, por exemplo, o traçado urbano colonial mantém-se intacto e as arquiteturas religiosa e civil mais expressivas aí situadas, bem como as obras de arte, encontram-se preservadas. Já em Diamantina, se observa que as igrejas aí localizadas são bastante diferenciadas das outras construções coloniais do estado, o que se deve “ao isolamento pelo qual a área diamantífera viveu durante muitos anos, dificultando um intercâmbio cultural e fazendo com que estas construções sofressem pouca ou nenhuma influência de outros templos erguidos em outras cidades” (SILVEIRA *et al.*, 2014, p. 13).

O Barroco é uma manifestação visual e estética (BOTELHO, REIS, 2001, p. 23) - um estilo, que corresponde direta e indiretamente a uma “estrutura mental” (CASTRO & DEUS, 2011; MACHADO, 2003), marcado pela exuberância das formas e pela pompa litúrgico ornamental e que surge na Europa a partir do século XVII e se estende até parte do século XVIII, “correspondendo historicamente à ação contrarreformista da Igreja Católica e também à expansão colonizadora de Portugal e Espanha” (ÁVILA, GONTIJO, MACHADO, 1996, p. 131). O Barroco, segundo Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 5), compreenderia “um fenômeno bem amplo, vinculado tanto às lutas religiosas entre reformistas e contrarreformistas, quanto à expansão mercantilista decorrente das grandes navegações”. Distribuído por um espaço geográfico muito amplo (compreendendo Itália, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, México, Brasil, dentre outros países), o estilo evoluiu diferentemente em cada lugar, assumindo dinâmica própria, do que resultaram formas e modelos particulares e originais em cada região (CIVITA, 2000). Na verdade, “mais do que um estilo artístico, o Barroco designa uma cultura entendida como uma visão de mundo constituída historicamente” (ROMEIRO, BOTELHO, 2003, p. 50).

Amorim Filho (1999, p. 143) visualiza de forma bastante sugestiva essas representativas paisagens mineiras, para ele geradoras na população regional, de fortes relações e sentimentos topofílicos (TUAN, 2012, 2013), ao demarcar que:

Minas Gerais possui o maior percentual de bens tombados no Brasil desde unidades espaciais de considerável dimensão como é o caso de cidades inteiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, por exemplo)... Esses bens tombados possuem valores que caracterizam a mineiridade, além de serem portadores de algumas das mais caras aspirações mineiras e nacionais. São, por outro lado, marcos de uma civilização que trazia para as montanhas de Minas simultaneamente, os valores paradoxais da busca da riqueza, da religião, da arte e da espiritualidade.

Poderíamos incluir nesse circuito das cidades do período barroco (visualizadas como paisagens culturais residuais, ou do passado), também a hierópolis (conceito difundido pela Geografia das Religiões<sup>4</sup>), de Congonhas, onde se situa o local de peregrinação da época barroca, conhecido como “Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Arraial das Congonhas do Campo” (DEUS,

<sup>4</sup>Define-se hierópolis ou cidades-santuário como “todos aqueles lugares considerados sagrados por uma dada população local, regional ou nacional” (ROSENDAHL, 2003, p. 206)

<sup>5</sup>De origem europeia (portuguesa), sobretudo-embora haja topônimos indígenas de tal natureza em Minas Gerais, como Tupaciguara (em tupi: terra da mãe de Deus)-, ou ainda, “híbridos”, como Conceição do Ibitipoca, Piedade do Paraopeba, Sant’Ana de Pirapama, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Itambé... que também fazem alusão a atributos geológicos e geomorfológicos do território.

<sup>6</sup>A Serra da Piedade localiza-se em Sabará/ MG; e as serras de São Gonçalo e do Bom Jesus situam-se em Pirenópolis/ GO.

<sup>7</sup>São Domingos/ GO. Lapa é a designação regional dada, em Minas, Goiás, Bahia... às grutas (Gruta da Lapinha, Lapinha da Serra, Lapa do Caboclo, Lapa do Índio, Lapa do Boi, Lapa do Chumbo, Lapa Grande, Lapa Bonita, Lapa Vermelha...).

<sup>8</sup>Os morros da Conceição, da Cruz, de Santa Bárbara e de Sant’Ana situam-se em Pirenópolis/ GO; o morro de São Jerônimo localiza-se na Chapada dos Guimarães; e há elevações denominadas “Morro do Cruzeiro” tanto em Almenara quanto em Ouro Preto/ MG.

<sup>9</sup>As cachoeiras de Nossa Senhora do Rosário e do Abade localizam-se no município de Pirenópolis; e a cachoeira de São Félix situa-se na Chapada dos Veadeiros (todas, em Goiás).

<sup>10</sup>Santa Rita de Ouro Preto é um distrito da cidade de Ouro Preto; São Gonçalo do Rio das Pedras constitui um distrito do Serro; e Santo Antônio da Chapada é um distrito de Diamantina/ MG.

2016), cuja criação foi inspirada “no exemplo da igreja de Bom Jesus, em Braga, Portugal” (MANGUEL, 2001, p. 233).

Cosgrove (2012) ressalta a importância da linguagem e de seu significado simbólico, o que pode ser instrumentalizado mediante levantamentos toponímicos e da análise de sua relação com as paisagens culturais. Observe-se, a propósito que o inventário dos inúmeros registros da toponímia regional, de viés religioso<sup>5</sup>, pode resgatar os aspectos essenciais da trajetória histórico-cultural regional aos quais se remete Amorim Filho (1999). É o caso de registros que se relacionam com áreas do Conhecimento, categorias conceituais ou atividades econômicas como a geologia/ gemologia/ geomorfologia, a geodiversidade e a mineração/ garimpagem-incluindo, por vezes, topônimos com caráter eminentemente topofílico-, a exemplo das serras da Piedade, de São Gonçalo e do Bom Jesus<sup>6</sup>; do Pico das Almas (Chapada Diamantina); das grutas da Igrejinha (Ouro Preto/ MG) e de São Bernardo; das lapas de São Mateus e São Vicente<sup>7</sup>; dos morros da Conceição, da Cruz, de Santa Bárbara, de Sant’Ana, de São Jerônimo, do Cruzeiro<sup>8</sup>; das cachoeiras de Nossa Senhora do Rosário, de São Félix e do Abade<sup>9</sup>; e das seguintes localidades: Santa Isabel do Morro; Santa Maria do Salto; Santa Rita de Ouro Preto; Santo Antônio da Barra; São Gonçalo do Rio das Pedras; São João da Chapada<sup>10</sup>; São José da Safira; São Luiz de Montes Belos; Virgem da Lapa... (COSTA, 1997; DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2012; DEUS, SILVA & BARBOSA, 2019).

Nos estados de Minas Gerais e Bahia<sup>11</sup>, fora das regiões de antiga mineração propriamente ditas (mas, por vezes, em áreas próximas ou contíguas a elas), observa-se ainda: Bom Jesus da Lapa, Bom Jesus da Serra, Cachoeira de Santa Cruz (Viçosa/ MG), Candeias (originalmente: Sertão de Nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás- uma das Estradas Reais surgidas no Brasil em função da mineração, no século XVIII), Capela do Alto Alegre, Monte Santo/ BA e Monte Santo de Minas, Morro do Pilar, Sant’Ana do Tabuleiro, Sant’Ana dos Montes, Santa Cruz de Salinas, Santa Luzia da Serra, Santo Antônio do Boqueirão<sup>12</sup>, Santo Antônio do Monte, São José da Lapa, São Domingos do Prata<sup>13</sup>, Serra de Santa Helena (Sete Lagoas/ MG).

Esta associação de uma toponímia com viés religioso com aspectos geológicos e geomorfológicos incide noutros contextos territoriais do Brasil e do mundo, mas ocorre com menor frequência/intensidade nesses recortes no que concerne aos registros toponímicos nítida e diretamente associados/ vinculados ao exercício de atividades de mineração<sup>14</sup>.

Vale ressaltar que os registros toponímicos correspondem a importantes testemunhos históricos da vida social de um povo, cujo estudo corresponde a uma alternativa para a obtenção de conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam (ou ocuparam) determinado território ou lugar; e o inventário toponímico corresponderia, a um procedimento metodológico que permite resgatar aspectos da memória social de um povo em termos históricos, geográficos e etnológicos (DEUS, 2015). O procedimento clássico de análise toponímica conjuga o levantamento de determinado recorte através de cartas geográficas com pesquisa documental. Ressalte-se que a toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do Espaço. Ela corresponderia a um traço da Cultura e uma herança cultural (CLAVAL, 2014).

Para Seemann (2005, p. 207), a tarefa da Geografia Cultural “seria

<sup>11</sup>No litoral baiano temos, por sua vez: Conceição da Praia (Salvador), Monte Pascoal, Morro de São Paulo.

<sup>12</sup>Santa Luzia da Serra é um bairro da cidade de João Pinheiro e Santo Antônio do Boqueirão é um distrito de Unaí/ MG

<sup>13</sup>Rio da Prata, na sub-bacia do Rio Piracicaba (bacia do Rio Doce)

<sup>14</sup>Como exemplos de uma toponímia influenciada pela geologia/ geomorfologia, teríamos, no Brasil: São Gabriel da Cachoeira/ AM; Golfo de São Marcos/ MA; Cabo de Santo Agostinho, São Joaquim do Monte e Arquipélago de São Pedro e São Paulo, em Pernambuco; São Miguel dos Campos e Barra de São Miguel, em Alagoas; Ilha da Trindade e Conceição da Barra, no Espírito Santo; São João da Barra e São Pedro da Serra, no Rio de Janeiro; Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Rio Grande da Serra, São José dos Campos, São Joaquim da Barra, Santa Maria da Serra e São Lourenço da Serra, em São Paulo; Santo Antônio da Platina e São Jerônimo da Serra, no Paraná; Ilha de Santa Catarina e Cachoeira do Bom Jesus, em Santa Catarina; São José do Ouro e São Martinho da Serra, no Rio Grande do Sul... Noutros países/ continentes teríamos: Mont-Saint-Michel, Saint-Benoit-du-Sault, Sain-Germain-du-Plain, Saint-Gervais-les-Bains, Saint-Jean-de-Monts, Saint-André-les-Alpes, Saint-Eloy-les-Mines, Saint-Marie-aux-Mines (França); San Cristóbal de la Laguna e San Miguel de Salinas (Espanha); San Antonio de las Minas, San Francisco del Oro, San José del Cabo, Sierra de San Pedro Mártir (México); Sierra Nevada de Santa Marta (Colômbia); San Juan de los Morros (Venezuela); San Juan del Oro (Peru); Santa Cruz de

investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões de sua topogênese, para contribuir para uma melhor compreensão da relação entre Espaço e Cultura, no passado e no presente”. Para o autor “pesquisar a toponímia inevitavelmente inclui investigações históricas”; e estudá-la significa adotar uma perspectiva histórica da Geografia Cultural (SEEMANN, 2005, p. 220).

A toponímia pode ser utilizada para a compreensão dos lugares como dimensões ontológicas na medida em que estaria associada ao estudo dos nomes destes lugares considerando os aspectos da dominação territorial, bem como o surgimento de identidades e significações para eles. Para Azaryvahu & Golan (2001) nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros são atitudes ou práticas que têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não.

Em termos geográficos, a toponímia poderia ser visualizada como uma construção intelectual que reflete a complexidade do território, bem como as particularidades de sua formação e evolução. Através do inventário toponímico pode se perceber o que é, em síntese, um espaço ou território, pois ele é um instrumento metodológico que permite que sejam definidos os elementos mais marcantes e característicos da paisagem- como assinalam Garau & Sebastián (2013).

Alves *et al.* (2010, p. 16) assinalam que os topônimos “dizem respeito a heranças socioculturais, revelando como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude” e, também, “representam uma justaposição de valores, significados, crenças, enfim, experiências de atores sociais que transpõem no espaço as suas visões de mundo”; ressaltando em particular que, para a compreensão dos registros toponímicos, é fundamental que os visualizemos a partir dos seus diferentes significados, “já que, por se constituírem de maneira dinâmica, continuamente se (re)inventam no tempo e no espaço sobrepondo-se, aí, valores socioeconômicos, políticos, religiosos e culturais” (ALVES *et al.*, 2010, p. 09).

## Considerações finais

As problematizações que realizamos nesse ensaio científico são respaldadas por trabalhos anteriores (desenvolvidos na mesma perspectiva), como a pesquisa de Batista (2003) que classificou as paisagens de Pirenópolis<sup>15</sup> como paisagens culturais residuais, pontuando inclusive que, nessa cidade goiana, tais paisagens vêm se tornando mais visíveis pelo uso que o turismo faz delas (e nesse processo, “pode ser observado que muitos elementos da paisagem vêm perdendo significado original em função de atender aos interesses direcionados ao mercado e ao consumo turístico” (BATISTA, 2003, p. 116).

Sugestivamente, verifica-se por outro lado, que as categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural- campo do Conhecimento hoje em nítido processo de revitalização e revalorização-, mostram-se extremamente pertinentes e apropriados para a decodificação dos processos discutidos na pesquisa, revelando-se, inclusive, como bastante úteis e operacionais para a sua análise e (re)interpretação, em recorte territorial tão clássico e singular do país; e tanto em termos do referencial teórico-conceitual, como dos instrumentos metodológicos utilizados.

la Sierra e Santa Rosa de la Roca (Bolívia); golfos de San Matías e San Jorge e cidades de San Miguel del Monte, San José del Boquerón e San Martín de los Andes (Argentina); Vale do Sacramento (Sacramento Valley), Mount Saint Elias, Mount Saint Helens, Saint Croix Falls, San Gabriel Mountains e San Rafael Hills/ Los Angeles (Estados Unidos); Gulf of Saint Lawrence e Sault Sainte Marie (Canadá); Arquipélago de San Blas (Panamá); ilhas de Trinidad-Tobago, Ascensão/ Ascension Island e Santa Helena/ Saint Helena Island (Atlântico), São Tomé (África), Santa Lúcia (Saint Lucia- Caribe), San Andrés (Caribe-Colômbia), da Páscoa (Isla de Pascua, Easter Island- Chile), Santa Cruz/ Santa Maria/ San Cristóbal/ San Salvador (Galápagos-Ecuador), Christmas Island (Austrália); etc.

<sup>15</sup>Pirenópolis foi um importante centro urbano nos séculos XVIII e XIX, com o desenvolvimento, aí, da mineração de ouro, comércio e agricultura (em especial a produção de algodão para exportação). Hoje, as atividades que mais se destacam aí são o turismo e a produção de quartzito (o turismo, como prática social e atividade econômica que se apropria de elementos do espaço geográfico, tornando-os produtos para o consumo turístico, emerge nesse contexto, “como fator determinante no ordenamento territorial, em especial, da área urbana, onde a paisagem tem-se reconfigurado em razão da expansão da infra-estrutura turística [...]”- GODINHO & OLIVEIRA, 2010, p. 108). Trata-se de uma cidade que “apresenta-se historicamente diferente de outros lugares por suas paisagens, pelo seu acervo histórico, arquitetônico e cultural secular” (BATISTA, 2003, p. 117). Tombado como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e

Quanto à toponímia, revela-se como um espelho dos paradigmas e valores- ainda que, muitas vezes, conflitantes, contraditórios-, inerentes ao universo cultural de determinada sociedade, historicamente estabelecida num recorte territorial específico, como é o caso da visão de mundo historicamente constituída nas regiões de antiga mineração, ao longo do processo de formação e consolidação do império colonial português no Novo Mundo.

histórico pelo IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1989, o município conta com centro histórico dotado de casarões e igrejas do século XVIII, além de outros prédios de relevante beleza arquitetônica, de estilos colonial, neoclássico, art-déco.

### Referências bibliográficas.

ALMEIDA, J.; SUGUIO, Kenitiro; GALVÃO, V. Geoturismo e turismo de aventura no Vale do Pati- Parque Nacional da Chapada Diamantina (Bahia/ Brasil). *Para Aprender Com a Terra: memórias & notícias de Geociências no espaço lusófono*. Apresentado em 2012. Coimbra, 2012. Acessado em 12/ 09/ 2019. Disponível em: <<https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/31395>>

ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda, CHAVEIRO, Eguimar Felício, BRAGA, Helaine Costa. *Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.

ALVES, Juliana Araújo *et al.* Natureza, Sociedade e Cultura: a Amazônia (re) inventada a partir de seus topônimos. *RA EGA*, Curitiba, n. 19, p. 7-17, 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos (SP): EdUFSCAR/Studio Nobel, 1999, p. 139-152.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, 232 p.

AZARYVAHU, M; GOLAN, Arnon. (Re)naming the landscape: the formation of Hebrew map of Israel - 1949/ 1960. *Journal of Historical Geography*, Londres, v. 27, n. 2, p. 178-195, 2001.

BATISTA, Ondimar. Pirenópolis: uma paisagem, ora vivida, ora contemplada. In: ALMEIDA, Maria Geralda. *Paradigmas do Turismo*, Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p.113-12.

BOTELHO, Ângela Viana; REIS, Liana Maria. *Dicionário histórico- Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Botelho, A. V. & REIS, L. M., 2001, 320 p.

BRITO, Otávio Elísio Alves. Um olhar sobre a paisagem cultural de Minas: ouro, diamante, rochas para construção. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009, p. 34-450.

CARSALADE, Flávio Lemos. *Stone and Time- Architecture as Cultural Heritage*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 639 p.

CASTRO, Henrique Moreira; DEUS, Jose Antônio Souza. Uma abordagem geohistórica e etnogeográfica do Barroco mineiro aplicada aos Estudos da Paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 5, n. 3, p.



57-80, dez. 2011.

CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; RUCHKYS, Úrsula de Azevedo; PAULA, Suzana Fernandes. O patrimônio geológico e o potencial educativo do Geopark Quadrilátero Ferrífero para o ensino de Ciências e Geografia, *Terræ*, Campinas/ SP, v. 14, n.1-2, p. 33-40, 2017.

CIVITA, Victor. *Os grandes artistas - Barroco e Rococó*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, 360 p.

CLAVAL, Paul. A paisagem do geógrafo. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-74.

\_\_\_\_\_. *A Geografia Cultural*. 4 Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, 358 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do Espaço: alguns temas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 304 p.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagens, textos e identidade: uma apresentação. IN: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 7-11.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219-237.

COSTA, Antônio Gilberto. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Kapa Editorial, 2004, 244 p.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2 Ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997, 478 p.

DEUS, José Antônio Souza. *Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 135 p.

\_\_\_\_\_. Hierópolis e Hierofanias: uma abordagem geohistórica e etnogeográfica da “cidade- santuário” de Congonhas imbricada com os Estudos da Paisagem. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 158-162, 2016.

\_\_\_\_\_. Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do mundo agrário e alimentos tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e Vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6- 22, dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, universal e brasileira. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.

\_\_\_\_\_. O legado de Cosgrove discutido em produções científicas recentes: uma contribuição ao debate sobre as idéias do autor. In: DINIZ, Alexandre Magno Alves *et al.* *Metamorfoses possíveis compartilhadas– leituras em Geografia Cultural*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019, p. 28-37.

\_\_\_\_\_. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de

comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. *Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O papel das Geociências no contexto “pós-moderno” de revalorização da Cultura. In: HENRIQUES, M. H., ANDRADE, A. I., QUINTA-FERREIRA, M., LOPES, F. C., BARATA, M. T., PENA DOS REIS, R. & MACHADO, A. *Para Aprender Com a Terra- Memórias & Notícias de Geociências no Espaço Lusófono* (Cap. 41). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 393-402.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique Moreira. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no Vale do Jequitinhonha/ MG. In: LIMA, Ismar Borges. *Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 141-153.

DEUS, J. A. S. *et al.* Metodologias qualitativas aplicadas ao Estudo da Paisagem no Vale do Jequitinhonha/ MG- Brasil. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; SANTOS, Daniele Luciano. *Tempos & Espaços da Pesquisa Qualitativa*. Aracaju, Criação Editora, 2018a, p. 279-304.

\_\_\_\_\_. Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha/ MG – Brasil. *GeoNordeste*, São Cristóvão/ SE, v. 24, n. 1, p. 73-90, jan./ jun. 2018b.

DEUS, José Antônio Souza; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; BARBOSA, Liliane de Deus. Processos socioculturais e geohistóricos do Vale do Jequitinhonha e sua (re)interpretação/ decodificação através do inventário toponímico. In: DINIZ, Alexandre Magno Alves *et al.* *Metamorfozes possíveis compartilhadas– leituras em Geografia Cultural*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019, p. 303-313.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 75-90.

GODINHO, Rangel Gomes; OLIVEIRA, Ivanilton José. J. Análise e avaliação da distribuição geográfica da infra-estrutura turística no sítio histórico de Pirenópolis/ GO: subsídios ao planejamento turístico. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 107-122, jan./ jun. 2010.

FRANCO, André Rocha; RUCHKYS, Úrsula de Azevedo; DEUS, José Antônio Souza. Mapeamento participativo e análise dos valores da geodiversidade com artesãos em pedra-sabão da região de Ouro Preto– Minas Gerais. *Brazilian Journal of Cartography*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 68, p. 457-469, mar./ abr. 2016.

GARAU, Antoni Ordinas; SEBÁSTIAN, Jaume Binimelis. La caracterización del paisaje de Menorca através de la toponimia. *Investigaciones Geográficas*, Alicante (Espanha), n. 60, p. 155-169, jul./ dez. 2013.

LICCARDO, Antônio. Turismo mineral em Minas Gerais/ Brasil. *Global Tourism*, v. 3, n. 2, p. 01-19, nov. 2007.

LIMA, Carolina de Souza; RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. Potencial geoturístico dos distritos do município de Ouro Preto com uso de geotecnologias. *GeoSul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 463-483, jan./abr. 2019.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix & Martius: quadros da Natureza e espaços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 73-91, 1995.

MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003, 439 p.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg e Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 358 p. Original Inglês.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, 128 p.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003, 320 p.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 187-224.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. Geoparques e a musealização do território: um estudo sobre o Quadrilátero Ferrífero. *Geologia/ USP*, publicação especial, São Paulo, v. 5, p. 35-46, out. 2009.

\_\_\_\_\_. Iniciativas sobre patrimônio geológico e temas correlatos no Quadrilátero Ferrífero/ MG. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 27, Número Especial II, 2017.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo; MACHADO, Márcia Maria Magela. Oficinas de sensibilização para conservação de sítios geológicos do Quadrilátero Ferrífero/ MG, Brasil. *Terræ Didactica*, Campinas/ SP, v. 8, n.1, p. 24-33, 2012.

\_\_\_\_\_. Patrimônio geológico e mineiro do Quadrilátero Ferrífero/ Minas Gerais – caracterização e iniciativas de uso para educação e geoturismo. *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba, n. 70, p. 120-136, 2013.

SAINT HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000, 378 p.

SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009, 519 p.

SEEMANN, Jörn A. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Vivência*, Natal, n. 29, p. 207-224, 2005.

SILVEIRA, Carlos Eduardo *et al.* Caminhos do Turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade.

In: SILVEIRA, Carlos Eduardo, MEDAGLIA, Juliana. *Desenvolvimento turístico em cidades históricas: estudos de caso de Diamantina/ MG*. Diamantina/ MG: UFVJM, 2014, p. 09-25.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar- a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2013, 248 p. Original Inglês.

\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EdUEL, 2012, 342 p. Original Inglês.

UHLEIN, Alexandre; OLIVEIRA, Humberto Almeida. História geológica do Quadrilátero Ferrífero. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 160, p. 68-71, mai. 2000.

WAGNER, Philip L.; MIKESSELL, Marvin W. Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 27-62.

**ERRATA**

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro de 2017 vol. 15 - nº 2 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 14 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 13 nº 2 (Jul-Dez) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No documento *Notas do Editor*, de autoria de Carlos Henrique Jardim, publicado na revista Geografias v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *A contribuição da técnica dos quantis na identificação de extremos de chuva e de uma metodologia para detectar situações de desastre natural no semiárido cearense*, de autoria de Jander Barbosa Monteiro, Maria Elisa Zanella, Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Democracia Deliberativa e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: desafios à construção de processos de governança democrática territorial*, de autoria de Altair Sancho Pivoto dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Aplicabilidade da ferramenta Kobotollbox para validação de mapeamento de classificação de cobertura e uso da terra*, de autoria de Patrícia Tinoco Santos, Márcio Rodrigues Silva, Alécio Perini Martins, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Sertão à vista: os planos e os trilhos cearenses no Segundo Reinado*, de autoria de Igor Carlos Feitosa Alencar, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Abordagens teóricas de métodos regionais na perspectiva da dialética a totalidade socioespacial e a lei da interpenetração dos contrários*, de autoria de Raquel Augusta Melilo Carrieri, Valéria Roque, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Licenciamento ambiental de atividades minerárias em Minas Gerais estruturação e processos decisórios na Câmara de Atividades Minerárias*, de autoria de Giovanna Soares Ramanery, Antônio Pereira Magalhães Júnior, Guilherme Eduardo Macedo Cota, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No artigo *Possibilidade de mapeamento das atividades comerciais e de serviços a partir do uso do CNEFE/CNAE Ituiutaba - MG*, de autoria de Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 Dezembro de 2017. Vol.15, nº2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho - 31 de Dezembro de 2017. Vol.15, nº 2, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017”